



Demonstrações  
Financeiras  
2024

CEG RIO S.A

Naturgy 





Informe anual  
2024

# Demonstrações financeiras

Naturgy 

## ● Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	441.775	463.991
Contas a receber de clientes (Nota 7)	155.535	243.554
Tributos a recuperar (Nota 8)	70.951	53.744
Despesas antecipadas	1.504	1.463
Outros ativos	2.437	2.308
	<b>672.202</b>	<b>765.060</b>
<b>Não circulante</b>		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	936	683
Tributos a recuperar (Nota 8)	138.209	179.190
Depósitos judiciais	3.540	3.756
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	30.961	26.282
Outros ativos	18	18
	<b>173.664</b>	<b>209.929</b>
Intangível (Nota 11)	602.692	602.193
Direito de uso (Nota 12.1)	220	-
	<b>776.576</b>	<b>812.122</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.448.778</b>	<b>1.557.182</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores (Nota 13)	136.887	309.615
Obrigações por Arrendamento (Nota 12.2)	95	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	131.118	180.810
Tributos a recolher (Nota 15)	7.678	14.775
Imposto de renda e Contribuição Social a pagar (Nota 15)	10.937	8.364
Dividendos e JCP a pagar (Nota 10)	44.355	56.241
Demais contas a pagar	1.783	712
	<b>332.853</b>	<b>570.517</b>
<b>Não circulante</b>		
Obrigações por Arrendamento (Nota 12.2)	135	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	149.865	189.226
Provisão para contingências (Nota 17)	31.993	26.428
Obrigações setoriais (Nota 8)	232.853	218.632
	<b>414.846</b>	<b>434.286</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>747.699</b>	<b>1.004.803</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 16)</b>		
Capital social	224.186	224.186
Reserva de capital	91	91
Reservas de lucros	476.802	348.102
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>701.079</b>	<b>572.379</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.448.778</b>	<b>1.577.182</b>
Reservas de lucros	1.027.839	875.672
Outros resultados abrangentes	(82.498)	(133.157)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.591.995</b>	<b>1.389.169</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.651.959</b>	<b>4.533.192</b>

## • Demonstração do Resultado

### Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita líquida (Nota 19)	2.717.519	3.170.148
Custo do serviço prestado (Nota 20)	(2.372.710)	(2.791.383)
<b>Lucro bruto</b>	<b>344.809</b>	<b>378.765</b>
Despesas de vendas (Nota 22)	(13.556)	(3.802)
Despesas administrativas e gerais (Nota 22)	(68.661)	(51.291)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 23)	(3.292)	(5.146)
<b>Lucro operacional</b>	<b>259.300</b>	<b>318.526</b>
Receitas financeiras	57.103	69.449
Despesas financeiras	(59.870)	(66.818)
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 24)</b>	<b>(2.767)</b>	<b>2.631</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>256.533</b>	<b>321.157</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 15.b)	(83.792)	(92.631)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 15.b)	4.679	(3.560)
Lucro líquido do exercício	177.420	224.966
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em R\$)</b>	<b>0,08893</b>	<b>0,11276</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- **Demonstração do Resultado Abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Lucro líquido do exercício	177.420	224.966
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>177.420</b>	<b>224.966</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

• **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Reserva de capital Incentivos fiscais
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	224.186	91
Pagamento de dividendos (aprovados conf. AGOE abril/2023)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 14,4169 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 15,9367 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	224.186	91
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 14,5865 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 9,8343 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>224.186</b>	<b>91</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reserva de lucros					
Expansão	Legal	Especial	Dividendo Adicional proposto	Lucros acumulados	Total
85.163	44.837	53.692	126.393	-	534.362
-	-	-	(126.393)	-	(126.393)
-	-	-	-	224.966	224.966
-	-	-	-	(28.762)	(28.762)
-	-	-	-	(31.794)	(31.794)
-	-	-	164.410	(164.410)	-
85.163	44.837	53.692	164.410	-	572.379
-	-	-	-	177.420	177.420
-	--	-	-	(29.100)	(29.100)
-	-	-	-	(19.620)	(19.620)
--	-	-	128.700	(128.700)	-
<b>85.163</b>	<b>44.837</b>	<b>53.692</b>	<b>293.110</b>	<b>-</b>	<b>701.079</b>

## • Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>256.533</b>	<b>321.157</b>
Ajustes		
Amortizações do intangível	42.482	41.594
Amortização – direito de uso	58	-
Provisão (reversão) para contingências	5.565	(4.181)
Juros provisionados e não pagos	43.568	52.293
Custos de empréstimos amortizados no período	1.004	(1.599)
Juros sobre arrendamentos	20	-
Atualização monetária sobre depósito judicial	271	(171)
Provisão para perdas de crédito esperadas	8.993	(3.386)
<b>Lucro antes dos impostos ajustado</b>	<b>358.494</b>	<b>405.707</b>
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	78.773	26.483
Tributos a recuperar e diferidos	23.774	64.318
Outros ativos	(225)	(780)
Fornecedores	(172.728)	(15.544)
Tributos a recolher	(8.492)	7.658
Outros passivos	15.293	15.452
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>294.889</b>	<b>503.294</b>
Juros pagos sobre empréstimos	(43.625)	(49.296)
Juros pagos sobre arrendamento	(18)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.824)	(100.731)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>171.422</b>	<b>353.267</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(42.981)	(39.238)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(42.981)</b>	<b>(39.238)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal sobre empréstimos	(90.000)	-
Amortização principal sobre arrendamento	(50)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(60.607)	(174.241)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(150.657)</b>	<b>(174.241)</b>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(22.216)	139.788
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	463.991	324.203
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>441.775</b>	<b>463.991</b>

## ● Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 1 Contexto operacional

A CEG RIO S.A. (a “Companhia” ou “CEG RIO”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todas as atividades correlatas, compatíveis com a natureza do serviço de distribuição de gás.

A concessão obtida junto ao Estado do Rio de Janeiro tem o prazo de 30 anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 finalizando, portanto, em julho de 2027, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período e por uma única vez.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Companhia possuía o prazo de até 36 meses, antes do vencimento do contrato, para apresentar seu requerimento de prorrogação, o que foi feito no dia 18/07/2024. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento do tema na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) e junto ao Poder Concedente.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão. As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela sua integridade;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2025.

## 1.1. Alterações tributárias:

### ▪ Medida Provisória 1.163/2023

Em 1º de março de 2023 foi publicado no D.O.U. a Medida Provisória de nº 1.163 de 28 de fevereiro de 2023, que postergou o benefício de alíquota 0% (zero) do PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular (GNV), estabelecido pela Lei Complementar nº 194/2022 cuja vigência encerrou-se em 28 de junho de 2023.

Dessa forma, a Companhia aplicou a incidência da alíquota 0% (zero) no faturamento do volume destinado como Gás Natural Veicular – GNV para as faturas emitidas durante o referido período de vigência da lei.

### ▪ Medida Provisória 1.202/2023

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.202 de 2023 que, dentre outros aspectos, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para impor limite mensal para a compensação de créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado atribuindo ao Ministro de Estado da Fazenda a prerrogativa de editar o ato que fixa o limite mensal para compensação.

Em 5 de janeiro de 2024, foi editada a Portaria Normativa MF de nº 14 que estabelece limites mensais para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado. A medida não se aplica às compensações em que o crédito é inferior a R\$ 10 milhões (dez milhões de reais). A partir desse valor, será escalonado em função do valor total do crédito atualizado até a data da primeira declaração de compensação dividido pela quantidade de meses estabelecidos para cada faixa.

A Administração da Companhia, considerando a vigência da referida Medida Provisória e sua conversão na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024, observou tais limites mensais em sua projeção de compensação de tais tributos, assim descritos na Nota explicativa nº 8.

## 2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

### **Continuidade operacional**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras anuais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2.2. Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

### **2.4. Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade

#### **2.4.1. Ativos financeiros**

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

#### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
  - A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

### 2.4.2. Passivos financeiros

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

#### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos).

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.5 Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

## 2.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

## 2.7 Ativos intangíveis

### i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

### ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

### iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

## 2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## 2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.10 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.11 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

### 2.13. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

## 2.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, e calculados com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado e deve ser aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

## 2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

### b) Receita de Prestação de Serviço de Distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

### c) Serviço de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

### d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

## 2.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis. As normas analisadas pela Companhia foram:

#### a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultados, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- As entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão nas respectivas demonstrações financeiras.

#### b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros
- CPC 02/IAS 21 - Ausência de conversibilidade.

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 49.037 (R\$ 72.516 em 31 de dezembro de 2023).

#### b) Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

#### c) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 17.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o eventual aumento/redução dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar norte-americano, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

#### a) Risco de mercado

##### i) *Risco cambial*

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexados à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

##### ii) *Risco com taxa de juros*

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### b) Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalentes de caixa em bancos de primeira linha.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 89.862 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita um único cliente, cujo volume faturado representa aproximadamente 52% (52% em 2023) do total sem considerar as térmicas (mercado convencional).

#### c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está inferior ao ativo circulante no montante de R\$339.349 em 31 de dezembro de 2024 (R\$194.543 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG RIO goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>			
Empréstimos e financiamentos	138.647	177.547	-
Fornecedores	136.887	-	-
Demais contas a pagar	1.783	-	-
Obrigações de arrendamento	101	161	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>			
Empréstimos e financiamentos	193.212	133.520	110.496
Fornecedores	309.615	-	-
Demais contas a pagar	712	-	-

#### Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

#### d) Análise de sensibilidade

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava uma dívida líquida negativa de R\$160.792 (R\$93.955 em 31

de dezembro de 2023), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2024, indicava uma taxa SELIC em 14,75%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I Deterioração 25%</b>	<b>Cenário II Deterioração 50%</b>
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2024 - %	11,75	11,75	11,75
Dívida líquida - bancos	(160.792)	(160.792)	(160.792)
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2024 - %	14,75	18,44	22,13
Despesa financeira	(4.824)	(10.757)	(16.690)
IR e CS	1.640	3.657	5.675
<b>Despesa (receita) financeira depois dos impostos</b>	<b>(3.184)</b>	<b>(7.100)</b>	<b>(11.015)</b>

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total de capital próprio e de terceiros. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	280.983	370.036
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(441.775)	(463.991)
Dívida líquida	(160.792)	(93.955)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>701.079</b>	<b>572.379</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>	<b>540.287</b>	<b>478.424</b>
Índice de alavancagem financeira - %	(30%)	(20%)

## 4.3 Instrumentos financeiros

### a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

#### b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Apresentamos, a seguir, os principais instrumentos financeiros classificados por categoria:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	441.775	463.991
Contas a receber de clientes	242.010	244.237
Outros ativos	2.437	2.308
	<b>686.222</b>	<b>710.536</b>

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	280.983	370.036
Dividendos e JCP a pagar	44.355	56.241
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	138.765	310.327
	<b>464.103</b>	<b>736.604</b>

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	<b>31 de dezembro de 2024</b>		<b>31 de dezembro de 2023</b>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	280.983	280.983	370.036	370.036
Dividendos e JCP a pagar	44.355	44.355	56.241	56.241
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	138.765	138.765	310.327	310.327

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa e bancos	27.354	91.404
Aplicações financeiras (CDBs)	414.421	372.587
	<b>441.775</b>	<b>463.991</b>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas nos Bancos Santander e Bradesco referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,3% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

## 7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2024	2023
<b>Consumidores de gás e serviços</b>		
Faturado	192.973	248.231
Não faturado	49.037	72.516
Venda de equipamentos e serviços	-	36
	<b>242.010</b>	<b>320.783</b>
Provisão para perdas de crédito esperadas	(85.539)	(76.546)
<b>Total de contas a receber</b>	<b>156.471</b>	<b>244.237</b>
Circulante	155.535	243.554
Não circulante (a)	936	683

(a) Refere-se a parcelamento de cliente acima de 12 meses.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2024	2023
<b>A vencer</b>		
Faturado	97.567	170.385
Não faturado	49.037	72.516
<b>Vencidas</b>		
Vencidas até três meses	11.384	5.201
De três a seis meses	9.016	2.720
Acima de seis meses	75.006	69.961
	<b>242.010</b>	<b>320.783</b>

A Provisão para perdas de crédito esperadas está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407, R\$ 17.015 e R\$ 33.014 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, resultou-se no corte do fornecimento de gás por meio de decisões judiciais e consequentes execuções que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final favorável à CEG RIO. Por isso, a Administração optou por manter o valor provisionado.

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A Vencer	1,20%	1,04%
1 a 30 dias	32,48%	33,26%
31 a 60 dias	53,56%	64,01%
61 a 90 dias	65,70%	74,49%
91 a 120 dias	72,21%	81,52%
121 a 180 dias	77,85%	86,53%
181 a 360 dias	85,33%	93,03%
Mais de 360 dias	97,05%	98,78%

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas seguem demonstrada abaixo:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	76.546	79.932
Provisão para perdas de crédito esperadas	12.579	5.118
Recuperação de perdas das contas a receber	(3.586)	(8.504)
Em 31 de dezembro	<b>85.539</b>	<b>76.546</b>

Os valores inferiores a R\$15 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias e representaram em 31 de dezembro de 2024 R\$4.621 (R\$6.818 em 31 de dezembro de 2023).

As demais contas a receber do balanço não contêm ativos sujeitos a provisões para perda de crédito esperada.

## 8 Tributos a recuperar

	2024	2023
PIS e COFINS (a)	193.560	225.020
ICMS a recuperar (b)	13.840	7.914
Demais tributos (c)	1.760	-
	<b>209.160</b>	<b>232.934</b>
Circulante	70.951	53.744
Não circulante	138.209	179.190

(a) Em novembro de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo não circulante, o montante de R\$173.201, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 soma o total de R\$181.894 (218.633 em 31 de dezembro de 2023) sendo R\$113.097 de principal e R\$68.797 de atualização monetária relativo a créditos de PIS e COFINS, cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre março de 2012 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. A Companhia compensará o valor total reconhecido no prazo mínimo de

30 meses, considerando o mencionado na Medida Provisória 1.202 de 29 de dezembro de 2023 e sua conversão na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024 (NOTA 1.1)

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário.

(b) Refere-se à regularização de crédito de ICMS decorrente de operação com a termoeletrica e saldo credor da apuração.

(c) Refere-se, substancialmente, a créditos decorrentes de pagamentos a maior da taxa de fiscalização realizados em 2024.

## 9 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### a) Composição

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os seguintes eventos:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Provisão para perda esperada sobre contas a receber	17.757	15.019
Provisão para contingências	10.878	8.985
AVP Financeiro	764	1.148
Provisão de Fornecedores	1.562	1.130
<b>Ativo não circulante</b>	<b>30.961</b>	<b>26.282</b>

### b) Movimentação

#### IR e CS diferidos ativos sobre:

	Provisão para perda esperada sobre contas a receber	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Provisão de Fornecedores	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	16.314	10.407	2.441	680	29.842
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	(1.295)	(1.422)	(1.293)	450	(3.560)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	15.019	8.985	1.148	1.130	26.282
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	2.738	1.893	(384)	432	4.679
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>17.757</b>	<b>10.878</b>	<b>764</b>	<b>1.562</b>	<b>30.961</b>

**c) Realização**

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas. A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir, considerando a renovação da atual concessão por mais um período:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
2024	-	3.155
2025	3.715	3.417
2026	4.025	3.942
2027	4.644	4.468
2028	5.263	5.256
2029	6.192	3.679
2030	4.335	2.365
2031	2.787	-
	<b>30.961</b>	<b>26.282</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**10 Partes relacionadas**

As tabelas a seguir apresentam transações e o valor total das operações que tenham sido celebradas com partes relacionadas para cada data de reporte apresentada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados como segue:

<b>A receber/pagar</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
<b>Controle comum:</b>				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	2.477	-	24.860
Gas Natural Serviços (b)	-	-	5	-
	-	2.477	5	24.860
<b>JCP e dividendos</b>				
<b>Controladora:</b>				
Naturgy DL S.A. (c)	-	26.433	-	-
<b>Acionista:</b>				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	1.331	-	-
Commit Gas (c)	-	16.591	-	-
	-	44.355	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>46.832</b>	<b>5</b>	<b>24.860</b>

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados como segue:

A receber/pagar	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
<b>Controle comum:</b>				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	486	-	23.864
Gás Natural Serviços (b)	-	-	6	-
	-	<b>486</b>	<b>6</b>	<b>23.864</b>
<b>JCP e dividendos</b>				
<b>Controladora:</b>				
Naturgy DL S.A. (c)	-	33.517	-	-
<b>Acionista:</b>				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	1.687	-	-
Commit Gas (c)	-	21.037	-	-
	-	<b>56.241</b>	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>56.727</b>	<b>6</b>	<b>23.864</b>

(a) Referem-se, substancialmente, a obrigações por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(b) Referem-se a recebimento de comissão por serviço de faturamento.

(c) Referem-se à distribuição de 25% do lucro líquido do exercício.

Não havia outras transações com os acionistas durante o exercício além dos dividendos.

#### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

#### Remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Conselho Fiscal	454	437
Conselho de Administração	430	362
Honorários dos administradores	4.430	4.271
	<b>5.314</b>	<b>5.070</b>

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionados com os membros-chave da Administração.

## 11 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidões de passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	76.789	2	156	527.602	604.549
Aquisição	-	-	768	38.470	39.238
Amortização	(17.717)	-	(178)	(23.699)	(41.594)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>59.072</b>	<b>2</b>	<b>746</b>	<b>542.373</b>	<b>602.193</b>
Custo total	214.853	281	3.370	817.281	1.035.785
Amortização acumulada	(155.781)	(279)	(2.624)	(274.908)	(433.592)
<b>Valor residual</b>	<b>59.072</b>	<b>2</b>	<b>746</b>	<b>542.373</b>	<b>602.193</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	59.072	2	746	542.373	602.193
Aquisição	-	-	109	42.872	42.981
Amortização	(17.715)	-	(196)	(24.571)	(42.482)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>41.357</b>	<b>2</b>	<b>659</b>	<b>560.674</b>	<b>602.692</b>
Custo total	214.853	281	3.479	860.153	1.078.766
Amortização acumulada	(173.496)	(279)	(2.820)	(299.479)	(476.074)
<b>Valor residual</b>	<b>41.357</b>	<b>2</b>	<b>659</b>	<b>560.674</b>	<b>602.692</b>

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Software refere-se a investimento com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Máquinas e equipamentos	Outros (c)	Total em operação	Imobilizado em andamento (d)	Total
Saldos em 1º/01/2023	436.871	58.205	4.696	499.772	27.830	527.602
Aquisição	-	9.840	89	9.929	28.541	38.470
Transferência para imobilizado em operação	12.338	-	-	12.338	(12.338)	-
Amortização	(17.896)	(5.600)	(203)	(23.699)	-	(23.699)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>431.313</b>	<b>62.445</b>	<b>4.582</b>	<b>498.340</b>	<b>44.033</b>	<b>542.373</b>
Custo total	649.707	115.066	8.475	773.248	44.033	817.281
Amortização acumulada	(218.394)	(52.621)	(3.893)	(274.908)	-	(274.908)
<b>Valor residual</b>	<b>431.313</b>	<b>62.445</b>	<b>4.582</b>	<b>498.340</b>	<b>44.033</b>	<b>542.373</b>
Saldos em 1º/01/2024	431.313	62.445	4.582	498.340	44.033	542.373
Aquisição	-	12.148	356	12.504	30.368	42.872
Transferência para imobilizado em operação	593	-	-	593	(593)	-
Amortização	(18.108)	(6.197)	(266)	(24.571)	-	(24.571)
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>413.798</b>	<b>68.396</b>	<b>4.672</b>	<b>486.866</b>	<b>73.808</b>	<b>560.674</b>
Custo total	650.300	127.214	8.831	786.345	73.808	860.153
Amortização acumulada	(236.502)	(58.818)	(4.159)	(299.479)	-	(299.479)
<b>Valor residual</b>	<b>413.798</b>	<b>68.396</b>	<b>4.672</b>	<b>486.866</b>	<b>73.808</b>	<b>560.674</b>
Taxas anuais de amortização (em anos)	30	10 e 20	Diversas	-	-	-

(c) Encontram-se aglutinadas as classes de veículos, móveis e utensílios, terrenos, benfeitorias e *hardware*, os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 38 (R\$42 em 31 de dezembro de 2023) à taxa média de 11,25% (15,10% em 31 de dezembro de 2023).

(d) Imobilizado em andamento referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

## 12 Obrigações por arrendamento

A Companhia possui ativos em arrendamento referentes às edificações. O prazo de arrendamento de edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e quatro anos. A tabela abaixo evidencia o prazo e sua respectiva taxa:

### Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % a.a
Superior a 1 ano até 4 anos	11,45

A Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e o respectivo passivo de arrendamento.

O saldo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 são de R\$ 220 no ativo e R\$ 230 no passivo, sem apresentar saldo para o período comparativo, conforme aplicação do CPC 06 (R2) Arrendamentos.

### 12.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2023	Adições	Amortizações	Saldo final 31/12/2024	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	-	278	(58)	220	2,5
<b>Total - ativo de direito de uso</b>	<b>-</b>	<b>278</b>	<b>(58)</b>	<b>220</b>	

### 12.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2023	Adições em 2024	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2024
Edificações	-	278	20	(50)	(18)	230
<b>Total - passivo de arrendamento</b>	<b>-</b>	<b>278</b>	<b>20</b>	<b>(50)</b>	<b>(18)</b>	<b>230</b>

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Saldo final 31/12/2024
Edificações (*)	Fixa	11,45	95	135	230
<b>Total - obrigação por arrendamento</b>			<b>95</b>	<b>135</b>	<b>230</b>

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2025	Janeiro de 2026 a dezembro de 2027	Valores nominais	Valor presente
Edificações	101	161	262	230
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>161</b>	<b>262</b>	<b>230</b>

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$58 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 20.

### 13 Fornecedores

	2024	2023
De gás (a)	117.270	290.461
De materiais	5.030	2.053
De serviços	14.587	17.101
	<b>136.887</b>	<b>309.615</b>

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2023 com vigência até 31 de dezembro de 2034.

### 14 Empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Linhas de crédito	280.983	370.036
	280.983	370.036
Circulante	131.118	180.810
Não circulante	149.865	189.226
	<b>280.983</b>	<b>370.036</b>

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura e distribuição de gás para novos municípios.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados à taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

Em moeda nacional	Indexadores	Data da Operação	Vencimento	Lc (*)	2024		2023	
					Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Safra	CDI+2,10%	04/03/2022	21/02/2025	100%	121.758	-	13.251	108.807
Banco Mizuho	CDI+1,85%	07/07/2023	07/07/2026	100%	5.254	79.845	5.310	80.419
Banco Itaú	CDI+2,10%	02/12/2021	02/12/2024	100%	-	-	91.979	-
Banco Santander	CDI+1,50%	01/07/2024	01/07/2026	100%	(a)	4.106	70.270	-
					<b>131.118</b>	<b>149.865</b>	<b>180.810</b>	<b>189.226</b>

(a) A operação de empréstimos foi repactuada durante o exercício de 2024. O empréstimo renegociado não teve modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo no resultado o montante de R\$ 613 referente a perda decorrente da modificação dos termos da dívida.

(\*) Lc - Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2024	2023
2025	-	108.807
2026	149.865	80.419
	<b>149.865</b>	<b>189.226</b>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 20.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

#### Mapa de movimentação dos empréstimos

	2024	2023
Saldo inicial	370.036	368.638
Pagamento do principal	(90.000)	-
Encargo provisionado	43.568	52.293
Encargo pago	(43.625)	(49.296)
Custos amortizados no exercício	1.004	(1.599)
<b>Saldo final</b>	<b>280.983</b>	<b>370.036</b>

## 15 Tributos a recolher

### a) Composição do saldo

	2024	2023
Imposto de renda a pagar	7.537	6.969
Contribuição social a pagar (a)	3.400	1.395
ICMS (b)	2.006	9.927
PIS e COFINS	1.500	826
Taxa Agência Reguladora	596	1.392
ISS	2.044	1.479
Outros	1.532	1.151
	<b>18.615</b>	<b>23.139</b>

(a) A redução em 2023 deve-se ao saldo credor de CSLL de períodos anteriores que foram compensados no ano de 2023.

(b) Devido à redução do fornecimento de gás, combinado com a utilização de créditos fiscais em 2024, o ICMS está menor em relação ao período comparativo.

### b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	256.533	256.533	321.157	321.157
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(64.133)	(23.088)	(80.290)	(28.904)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	7.275	2.619	7.190	2.589
Adições permanentes	(1.332)	(478)	2.353	847
Outros	24	-	24	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>(58.166)</b>	<b>(20.947)</b>	<b>(70.723)</b>	<b>(25.468)</b>
Imposto corrente	(61.606)	(22.186)	(68.105)	(24.526)
Imposto diferido	3.440	1.239	(2.618)	(942)
	<b>(58.166)</b>	<b>(20.947)</b>	<b>(70.723)</b>	<b>(25.468)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>23%</b>	<b>8%</b>	<b>22%</b>	<b>8%</b>

## 16 Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social de R\$224.186 está representado por 1.995.023 ações, sendo 665.008 ordinárias e 1.330.015 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	%	Preferenciais	%
<b>Residentes no exterior:</b>				
Pluspetrol Energy Sociedad Anónima	22.257	3%	37.594	3%
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A.	468.576	71%	720.345	54%
<b>Residentes no país:</b>				
Commit Gás	174.175	26%	572.076	43%
	<b>665.008</b>	<b>100%</b>	<b>1.330.015</b>	<b>100%</b>

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

### b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	2024	2023
Lucro líquido	177.420	224.966
Constituição da reserva legal	-	-
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>177.420</b>	<b>224.966</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios 25%</b>	<b>44.355</b>	<b>56.241</b>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	29.100	28.762
Dividendos a pagar	19.620	31.794
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>27%</b>	<b>27%</b>

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2024 aprovou a redistribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$224.966 da seguinte forma: R\$28.762 a título de JCP (R\$28.052 em 31 de dezembro de 2022) que líquido de impostos representa R\$24.448, R\$31.794 na forma de dividendos complementares ao mínimo obrigatório (R\$19.689 em 31 de dezembro de 2022), sendo pago em 25 de julho e 16 de dezembro de 2024 respectivamente. Adicionalmente, foram destinados à constituição de reserva de dividendos adicionais propostos o montante de R\$164.410 (R\$126.393 em 31 de dezembro de 2022) com sua manutenção até deliberação definitiva por parte dos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária supramencionada aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) no valor de R\$29.100, que líquido de impostos representam R\$24.735, cujo pagamento será efetuado em parcela única no dia 30 de julho de 2025.

O dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$19.620, foi registrado de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia que estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, conforme Estatuto da Companhia .

Os dividendos adicionais propostos no valor de R\$128.700 em 31 de dezembro de 2024 (R\$164.410 em 31 de dezembro de 2023) não foram reconhecidos como passivo em 31 de dezembro, conforme requerido pelo ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, por não se caracterizarem como obrigação presente na data do balanço, pois estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Anual que poderá deliberar ou não pelo seu pagamento ou por pagamento por valor diferente do proposto sendo, portanto, mantidos no patrimônio líquido.

#### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para eventual compensação de prejuízo e aumento de capital.

A Companhia já constituiu a reserva legal até o limite de 20% do capital social e em razão ao limite alcançado não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2024.

#### d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

#### e) Reserva especial

Refere-se a parte dos lucros, relativos ao resultado do exercício de 2020 que foram distribuídos conforme assembleia geral extraordinária realizada em dezembro de 2021.

#### f) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	224.966	224.966
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.995.023	1.995.023
<b>Lucro básico por ação – R\$</b>	<b>0,08893</b>	<b>0,11276</b>

## 17 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os

processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Trabalhistas	3.044	1.948
Cíveis	13.015	9.037
Regulatória	74	77
Tributárias	15.860	15.366
	<b>31.993</b>	<b>26.428</b>

A movimentação das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas por reversão/ pagamento</b>	<b>2024</b>
Trabalhistas	1.948	1.721	(625)	3.044
Tributárias	15.366	494	-	15.860
Regulatórias	77	12	(15)	74
Cíveis	9.037	6.233	(2.255)	13.015
<b>Total</b>	<b>26.428</b>	<b>8.460</b>	<b>(2.895)</b>	<b>31.993</b>

	<b>2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas por reversão/ pagamento</b>	<b>2023</b>
Trabalhistas	4.227	1.945	(4.224)	1.948
Tributárias	14.816	600	(50)	15.366
Regulatórias	104	-	(27)	77
Cíveis	11.462	6.096	(8.521)	9.037
<b>Total</b>	<b>30.609</b>	<b>8.641</b>	<b>(12.822)</b>	<b>26.428</b>

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária.

As contingências cíveis com relevância individual são:

Processo de número 0313016-47.2017.8.19.001 no valor de R\$3.104 (R\$2.900 em 31 de dezembro de 2023) referente a multa aplicada pela Agência Reguladora;

Processo de número 0127317-07.2022.8.19.0001 no valor de R\$2.808 (R\$2.786 em 31 de dezembro de 2023) que se refere a execução provisória de honorários advocatícios sucumbenciais, decorrente de sentença de improcedência, proferida nos autos de ação anulatória; Processo de número 0001572-85.2020.8.19.0001 que se refere a ação de cobrança interposta pelo Estado do Rio de Janeiro, no qual se pretendia a diferença do IGPM relativo à outorga compensatória do III Termo Aditivo. Em virtude do êxito obtido para afastar a cobrança nesta ação, há o valor de R\$2.413 relativo aos honorários de sucumbência devidos ao escritório responsável pela ação, valor este que deverá ser arcado pela Companhia por força do acordo firmado no

âmbito da 4ª. RTI em 2024 que foram provisionados em dezembro de 2024; Processo de número 0023203-17.2003.4.02.5101 no valor de R\$1.520 (R\$47 em 31 de dezembro de 2023), no qual após o trânsito em julgado do processo a parte contrária deu início ao cumprimento de sentença com vistas à cobrança pela ocupação de sua faixa de domínio pela Companhia;

Os demais processos cíveis e regulatórios no montante de R\$3.242 (R\$3.427 em 31 de dezembro de 2023) referem-se à processos que, individualmente, não apresentam valores relevantes.

As contingências tributárias referem-se aos processos de execução fiscal ajuizados pela união federal, objetivando a cobrança de supostos créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2024 R\$15.860 (R\$15.366 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente a Companhia possui outros processos divididos em: (a) trabalhistas R\$1.167 (R\$6.257 em 31 de dezembro de 2023), (b) tributários R\$35.597 (R\$31.985 em 31 de dezembro de 2023) e (c) cíveis R\$99.523 (R\$89.446 em 31 de dezembro de 2023) que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos.

Referente as contingências cíveis possíveis, refere-se principalmente a uma ação movida pelos clientes por não concordarem com o aumento da margem decorrente da 2ª Revisão Tarifária, buscando a anulação desse aumento praticado mediante edição de Deliberação da AGENERSA no valor de R\$95.171 (R\$85.216 em 31 de dezembro de 2023).

Destacamos que, em dezembro/2021, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um Auto de Infração relativo aos períodos de janeiro/2016 a dezembro/2020, exigindo o recolhimento do ICMS sobre o fornecimento de gás para o cliente com diferimento de imposto. O novo processo refere-se à suspensão do diferimento do ICMS não comunicado pelo cliente e por este motivo a Companhia permaneceu emitindo as faturas de gás sem o destaque do ICMS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$28.368 (R\$26.222 em 31 de dezembro de 2023).

Há ainda depósitos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 366 em 2023 (R\$326 em 2023) e cível R\$1.564 (R\$3.430 em 2023).

## 18 Compromissos

### 18.1 Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com manutenção de quantidade diária contratual (QDC) para 2.400.000 m<sup>3</sup>/dia no período de 01/12/2023 a 31/12/2028, com redução para 1.632.000 m<sup>3</sup>/dia para o período de 01/01/2029 a 31/12/2034.

Nos referidos Contratos, a CEG RIO se compromete a partir de 01/12/2023:

- A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 90% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM); e
- A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

Em 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$10.305 referentes a pagamentos de encargos de capacidade para o período de competência de janeiro a novembro de 2024.

Em 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$12.025 referente ao volume de 5.813.667 m<sup>3</sup> de gás pago e não retirado, decorrente do compromisso de Retirada Mínima Mensal (RMM) no período de janeiro a novembro de 2024 dos contratos firmados.

Todo o volume pago de Retirada Mínima Mensal (RMM), competência janeiro a novembro de 2024, foi recuperado ainda no ano de 2024.

Em 31 de maio de 2024, foram celebrados aditivos aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (11%), que será aplicado entre o consumo de 60% e 105% da QDC, no período entre 01/06/2024 até 31/12/2025. E em contrapartida a essa redução, foi realizada contratação adicional de 135 mil m<sup>3</sup>/dia entre os anos de 2029 e 2034.

Em 28 de junho de 2024, foram celebrados aditivos aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde face a migração do cliente CSN ao mercado livre, reduziu-se a QDC em 1.390.000 m<sup>3</sup>/dia a partir de 01/07/24.

Em 17 de dezembro de 2024, foram celebrados aditivos aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 até 31/12/2026.

Em 5 de julho de 2023, foi celebrado conjuntamente o termo de ajuste referente aos contratos firmados de compra e venda de gás natural entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Ceg Rio, assim como para o contrato entre a Ceg Rio e a Termelétrica que possuem prazos de vigências previstos originalmente até 07/03/2024. Os citados contratos preveem cláusulas de take-or-pay e, por meio do referido termo de ajuste, as partes acordaram prazo adicional até 08/12/2024, para fins de recuperação do saldo remanescente de quantidades pagas e não retiradas (QPNR), que foram integralmente recuperados ao longo de 2024.

## 19 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Venda de gás (a)	3.091.647	3.700.067
Serviço de distribuição (ATR) (b)	99.052	10.995
Contratos de construção	34.783	33.295
Outras receitas	1.368	1.090
<b>Total receita bruta</b>	<b>3.226.850</b>	<b>3.745.447</b>
(-) Deduções da receita bruta	(509.331)	(575.299)
<b>Receita líquida</b>	<b>2.717.519</b>	<b>3.170.148</b>

(a) A variação ocorrida se deve, substancialmente, a redução no volume de vendas para o mercado termoeletrico e a aplicação do reajuste tarifário com IGP-M negativo.

(b) Receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Variação decorrente da migração de cliente cativo do segmento industrial para o mercado livre.

## 20 Custo do serviço prestado

	2024	2023
Compra de gás e de serviços	(2.295.905)	(2.716.874)
Custo dos contratos de construção	(34.782)	(33.295)
Amortização	(42.023)	(41.214)
	<b>(2.372.710)</b>	<b>(2.791.383)</b>

## 21 Revisão tarifária

### 21.1 Considerações sobre a 4ª RTI

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária 2018-2022), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.199/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG RIO. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 84% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação. Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/2022 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.408, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, mantendo a Deliberação AGENERSA nº 4.199/2021 e a suspensão de seus efeitos.

Tendo em vista a ação judicial anulatória nº 0290848-46.2020.8.19.0001 que havia sido interposta pela Concessionária, em 2020, contra a AGENERSA, que visava anular as Deliberações da Agência que davam interpretações equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e, ainda, que a aplicação do Terceiro Termo Aditivo tinha impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária, a Concessionária deu início a uma proposta de mediação do tema junto a AGENERSA e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do processo de mediação, que durou mais de 01 (um) ano, as partes chegaram a um acordo equilibrado, com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga será considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Em 14.11.2024, como consequência, a AGENERSA julgou o recurso administrativo interposto pela Companhia, encerrando a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022. Em 13.12.2024, o acordo foi assinado pela Companhia e pelo Poder Concedente, tendo sido homologado na ação anulatória supracitada em 09.01.2025.

Como consequência do acordo, a CEG RIO assumiu um compromisso de realização de investimentos em 2025 e 2026, no valor de R\$573.000 (apurados em dez/21), que terá tratamento regulatório na 5ª revisão tarifária, mediante a comprovação da realização física e financeira dos projetos já apresentados (plano de investimentos) à Secretaria de Energia e Economia do Mar (SEENEMAR), em 13.12.2024 e cuja aprovação foi confirmada em 25 de janeiro de 2025.

Tendo em vista o acordo firmado no qual a Companhia assumiu o compromisso de investimento, a administração da Companhia entende haver uma obrigação contratual de adquirir ou substituir ativos a qual será reconhecida como um passivo apenas na extensão do desempenho da obrigação assumida, ou seja, na extensão em que os custos de aquisição e substituição do plano de investimentos sejam incorridos. Assim, esse compromisso de investimento será tratado para fins contábeis como um contrato executório, ou seja, os ativos e passivos resultante do plano de investimentos serão reconhecidos incrementalmente de acordo com o desempenho da obrigação de investimentos.

## 21.2 Considerações sobre a 5ª RTI

Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI Nº 698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos.

Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEXEC Nº 1002, fica estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

## 22 Despesas de vendas, gerais e administrativas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Serviço de profissionais contratados (a)	(39.507)	(30.063)
Amortização	(461)	(380)
Serviços de manutenção	(13.043)	(11.454)
Honorários e remuneração pessoal-chave	(5.315)	(5.069)
Utilidades, materiais e serviços	(3.579)	(4.226)
Provisões (reversões) de contingências, líquidas (nota 17)	(4.224)	2.003
Perda (recuperação) de créditos (b)	(4.128)	(6.812)
Provisão (recuperação) para perdas de crédito esperada (b)	(8.993)	3.386
Despesas de atividades comerciais (b)	(435)	(376)
Propaganda e publicidade	(1.393)	(1.033)
Amortização do arrendamento (nota 12)	(58)	-
Outros	(1.081)	(1.069)
	<b>(82.217)</b>	<b>(55.093)</b>

(a) O saldo contido na conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de faturas e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculadas à tecnologia da informação e segurança.

(b) Composição das despesas com vendas da DRE.

### 23 Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Indenização a terceiros	(1.134)	(835)
Receita de penalidades por desvio de programação (a)	8.362	4.875
Fundo Orçamentário Temporário - FOT (b)	(9.953)	(7.915)
Demais despesas (receitas)	(567)	(1.271)
	<b>(3.292)</b>	<b>(5.146)</b>

(a) Penalidades contratuais aplicadas aos grandes clientes devido aos desvios apresentados nas programações de retirada de gás;

(b) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

### 24 Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas sobre aplicações financeiras	42.967	40.942
Juros e multas	2.945	1.969
Atualizações monetárias ativas (a)	11.191	26.538
	<b>57.103</b>	<b>69.449</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de empréstimo (Nota 14)	(43.568)	(52.293)
Comissões	(128)	(72)
Juros capitalizados no intangível (Nota 11)	36	42
IOF	-	(1)
Juros arrendamento	(20)	-
Multa e juros	(133)	(339)
Outras despesas financeiras	(344)	(489)
Atualizações monetárias passivas-Contingências (Nota17)	(1.341)	2.178
Atualizações monetárias passivas (a)	(14.372)	(15.844)
	<b>(59.870)</b>	<b>(66.818)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.767)</b>	<b>2.631</b>

a) Refere-se substancialmente à atualização da taxa SELIC sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.



Informe anual  
2024

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
CEG Rio**

*Rio de Janeiro - RJ*

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG Rio S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações

nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**Bernardo Moreira Peixoto Neto**  
Contador  
CRC RJ-064887/O-8

## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CEG RIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 17/02/2025, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de fevereiro de 2025.

**Felipe Kfuri Moreira da Silva**

**Paulo Andrade Rodrigues**

**Renato Achutti**

**Marcelo Vieira Werneck**

**Pedro Antônio Martins Aparício**

**Sede**

Avenida das Americas 4200, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro

[www.naturgy.com](http://www.naturgy.com)

**Edição**

Diretoria de Comunicação

**Diagramação**

f/damatta design

**Naturgy** 

[www.naturgy.com.br](http://www.naturgy.com.br)